

## **Jornalismo investigativo de intervenção nas instituições: estudo de caso sobre cobertura de morte de bebês em maternidade de Roraima**

Ana Carolina Araújo de Souza Cruz Teixeira<sup>1</sup>  
Prof. Dr. Simão Farias Almeida (UFRR)<sup>2</sup>

**Resumo:** O jornalismo investigativo sempre se beneficiou da legitimidade retroalimentada entre os meios e as fontes. A cobertura sobre a morte de bebês no Hospital Materno-Infantil de Roraima feita pelo jornal **Folha de Boa Vista** (RR) em 1996 dependeu do envolvimento de instituições públicas e privadas arregimentadas pela série de reportagens. Valendo-se do construto teórico de Adriano Duarte Rodrigues (2002) em relação às estratégias discursivas dos meios de comunicação, analisaremos o papel das fontes oficiais na regularidade e no prolongamento da denúncia jornalística.

**Palavras-chave:** Jornalismo investigativo. Relacionamento com as fontes. Estratégias discursivas.

**Abstract:** Investigative journalism has always benefited from the feedback legitimacy between media and sources. Coverage on the death of babies at the Materno-Infantil Hospital in Roraima by the local newspaper **Folha de Boa Vista** in 1996 depended on the involvement of public and private institutions recruited for the series of reports. Using the theoretical construct by Adriano Duarte Rodrigues (2002) regarding the discursive strategies of the media, this article will analyze the role of official sources in regulating and prolonging journalistic denunciation.

**Keywords:** Investigative journalism. Relationship with sources. Discursive strategies.

### **1.0 jornalismo investigativo e as estratégias discursivas**

O jornalismo investigativo sempre se beneficiou da relação entre os meios e as fontes, incluindo as formas como ganham credibilidade por meio de suas declarações públicas. O discurso midiático forja um efeito de completude no qual os enunciados apresentam-se de forma acabada (RODRIGUES, 2002, p.217), e insinua a transparência de seu domínio restrito de experiência ao se infiltrar nas demais práticas discursivas dos diversos campos sociais (RODRIGUES, 2002, p.219). Os meios de comunicação atribuem existência socialmente reconhecida a determinadas instituições (RODRIGUES, 2002, p.227) em tempos de batalhas

---

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 2017. Defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso “Jornalismo investigativo no jornal Folha de Boa Vista: análise do discurso de cobertura de repercussão local e nacional”. Contato: carolina.crz@gmail.com.

<sup>2</sup> Líder do Grupo de pesquisa Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima (CNPq/UFRR). Membro da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e Membro da Associação Brasileira de Literatura e Ecocrítica (ASLE BRASIL). Apresentou trabalhos científicos sobre jornalismo e cinema ambiental no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. Autor de Ecocrítica da cartografia metafórico-interpretativa na não ficção de mudanças climáticas, clima e danos ambientais (2017), Jornalismo ambiental em formato livro (2014), organizador e autor do livro Mídia, informação e meio ambiente (2016) e dos livros de ficção ambiental Ode de Ana Maria (2016) e Memória de voos rasos e gravidades (2016). Publicou artigo (2016) sobre a crise de representação ambiental no jornalismo brasileiro em livro de editora norte-americana. Blog: meublosimao.blogspot.com.br. Contato: simon-jp@hotmail.com.

por visibilidade no campo midiático. Elas também interferem nos regimes de funcionamento e, por conseguinte, nas manifestações dos meios ora conquistadas, ora negociadas como um produto.

Adriano Duarte Rodrigues quando tenta formular um paradigma da pragmática discursiva da mídia defende a competência das instituições em intervir com eficácia num domínio de experiência escapando ao domínio do discurso midiático (RODRIGUES, 2002, p.223), capaz apenas de, na sua natureza especular, refletir os discursos e não suas práticas. No entanto, o teórico chega a sugerir que as dimensões discursivas e pragmáticas institucionais se contrapõem apesar de convergentes, e assim, a mídia opera com suas rotinas através do enquadramento de seus discursos. Rodrigues revela sua maior contradição quando aponta a capacidade dos meios de comunicação em acelerar, desacelerar e intensificar seus regimes de funcionamento (RODRIGUES, 2002, p.227), ou seja, em interferir nas suas práticas sociais. Essa opacidade mantém-se rígida em todo o processo de pesquisa de uma pauta e contato com as fontes, mas o texto jornalístico editado e publicado, o qual se apresenta acabado, renega sua própria modalidade em esconder seus processos de gestação.

Partindo da problematização deste quiasma crítico, pretendemos propor uma análise do processo de jornalismo investigativo revelado na edição final de um texto, por meio das estratégias discursivas apontadas por Adriano Duarte Rodrigues e relacionadas às práticas das instituições envolvidas. Deste modo, uma denúncia jornalística passa pela forma como o jornalista e seu editor revelam os fatos por meio do confronto das declarações públicas e não públicas dos seus representantes sobre suas rotinas. As estratégias discursivas põem em contato ou em choque fontes institucionais e podem transparecer no processo investigativo problemas mantidos sob sigilo, inclusive forjados em rotinas sem suspeita e construídas historicamente.

As estratégias enumeradas por Rodrigues são naturalização, reforço, compatibilização, exacerbação de diferendos, visibilidade e alteração dos regimes de funcionamento. A naturalização, redundantemente, naturaliza o recorte arbitrário das pretensões legítimas e indiscutíveis das instituições naturalmente fundadas (RODRIGUES, 2002, p.225). O reforço garante sua permeabilidade no tecido social devido à projeção

pública da modalidade simbólica capaz de perpetuar-se no imaginário social (RODRIGUES, 2002, p.226).

O discurso midiático também compatibiliza as pretensões legítimas contraditórias de diferentes instituições, esvaziando declarações e polêmicas, substituindo-as “por enunciados formais com os quais os detentores legítimos das diferentes posições em confronto não podem deixar de concordar” (RODRIGUES, 2002, p.226), garantindo a autonomia dos meios.

A mídia também pode exacerbar as diferenças ou agravar os diferendos (RODRIGUES, 2002, p.227). Sua intervenção mediadora dá visibilidade às instituições e reconhece sua existência social (RODRIGUES, 2002, p.227). Mas também interfere nas rotinas cujos ritmos, intensidade e velocidade de funcionamento são “acelerados ou travados em função da mediatização e da conseqüente (sic) projeção pública dos seus discursos e das suas intervenções próprias” (RODRIGUES, 2002, p.227).

O jornalista precisa frequentemente das informações das fontes institucionais para garantir sua pauta investigativa, daí naturalizar, reforçar, legitimar e até compatibilizar seus discursos e práticas. Entretanto, principalmente a exacerbação dos diferendos e a alteração dos regimes de funcionamento garantem os paradigmas históricos de aprofundamento e prolongamento do jornalismo investigativo enumerados por teóricos e críticos: “a mais completa versão da verdade” (BURGH, 2008, p.20), discutir conclusões dedutivamente, ou seja, partir de evidências gerais para chegar às minúcias particulares (BURGH, 2008, p.269), cruzamento de informações conforme aponta Nilson Lage (apud SEQUEIRA, 2005, p.25), podendo nestes casos tornar públicas as falhas por trás das rotinas aparentemente normais das instituições, e acompanhamento das repercussões da reportagem investigativa segundo Paul Williams (apud SEQUEIRA, 2005, p.146-149), no qual cabe a percepção das reações institucionais e possíveis alterações nos regimes de funcionamento.

O confronto entre discursos de diferentes instituições pode fazer elas repensarem suas práticas de controle de informações. Uma denúncia jornalística mobiliza repercussões capazes de estimular declarações públicas, revelações e, por extensão, novas denúncias, colaborando com o *modus operandi* do processo investigativo. Entendemos que essa prática forja ser exceção, todavia pela complexidade de sua norma como um processo incide numa

tautologia: aparenta ser exceção, para em menor ou maior grau, atribuir legitimidade às rotinas da pesquisa. Assim, confrontando, exacerbando as diferenças e alterando o funcionamento das instituições, legitima a publicização de novas informações, a cobertura de novos atores, prolongando e ampliando a angulação da reportagem. Conforme aponta Alan Rusbridger (apud Burgh, 2008, p.21), “o jornalismo investigativo – apesar de ser quase uma tautologia – é o que é porque requer mais, é onde o elemento investigativo é mais explorado”. Em sua redundância e em seu prolongamento enquanto processo, essa expressão desmobiliza o atrito tautológico entre norma e exceção. Desta forma, a investigação e a cobertura de discursos institucionais são convergentes perpetuando-se como atributos profissionais costumeiros.

## 2. Cobertura investigativa em Roraima

Demonstraremos a capacidade do construto investigativo do discurso midiático por meio da intervenção nas práticas de diferentes instituições através do estudo de caso sobre a cobertura de mortes de bebês na maternidade de Roraima feita pelo jornal **Folha de Boa Vista** (RR). Iremos nos ater à finalidade deste método de pesquisa em ilustrar determinados tópicos em uma avaliação de modo descritivo (YIN, 2010, p. 41). O propósito é enumerar as estratégias discursivas presentes nas matérias jornalísticas e descrever o processo evidenciado na manifestação e regularidade delas.

A história da Folha de Boa Vista nos últimos 35 anos se confunde com a do estado de Roraima. Desde 1983, ela é fonte de informação de boa parte dos roraimenses. A circulação mensal do período é de 56 mil exemplares, sendo 9 mil de assinantes. A Folha, codinome utilizado pelos leitores, circulou a primeira vez no dia 21 de outubro de 1983, na antevéspera da transição do regime militar à redemocratização. O país ainda vivia sob o comando do presidente militar João Figueiredo e Roraima ainda era Território Federal. Os fundadores Fernando Estrela, Sandra Tarcitano, Cosette Espíndola e Cícero Cruz escreveram no editorial de estreia: “Nossa idéia (sic) é montar um jornal independente”<sup>3</sup>. Faziam alusão ao fato de grande parte dos jornais até então criados pertencer ao governo territorial ou a políticos no

---

<sup>3</sup> Entrevista de Getúlio Cruz concedida à Ana Carolina Araújo.

controle do poder da informação. Em 1989, quando já circulava com uma frequência de seis edições semanais, Getúlio Cruz, o único sócio interessado em manter a sua circulação e periodicidade, definiu a linha editorial independente até a atualidade. O periódico possui atualmente três cadernos (Caderno A, Caderno B e Classificados), cada um com 12 páginas, num total de 36 páginas.

Analisaremos as estratégias investigativas de relação com as fontes em reportagens publicadas pela Folha de Boa Vista no ano de 1996 sobre o caso Morte dos Bebês da Maternidade, envolvendo pessoas e instituições públicas, as quais legitimaram seu compromisso social. A primeira reportagem dessa série do dia 22 de outubro de 1996 registrou o nascimento de trigêmeos, fato informado e divulgado pelo Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré. Após essa publicação, rumores surgiram: dois dos trigêmeos teriam morrido. O problema veio à tona, resultando assim, num dos maiores escândalos da saúde no estado de Roraima. O repórter acabou descobrindo a morte de 30 bebês nascidos entre os dias 1º e 22 de outubro de 1996, incluindo o último sobrevivente dos trigêmeos. A crise instalada é reveladora do descaso e da falta de controle na administração da saúde pública em Roraima. A série de reportagens motivou a abordagem do tema por grande parte da mídia nacional, caso da **Folha de São Paulo** nas matérias “32 bebês morre em 20 dias em berçário” de 24/10/1996 e “Morre outro bebê em hospital de Roraima” de 27/10/1996.

O cenário descrito nas mais de 60 reportagens publicadas na Folha de Boa Vista, no período de 18 de outubro a 23 de dezembro de 1996, apontava uma suposta infecção hospitalar. Os administradores do hospital lembraram o alerta dado a seus superiores da Secretaria de Saúde a respeito da situação caótica na qual se encontrava o local e nenhuma providência havia sido tomada. Enquanto crianças morriam, os gestores das instituições controladoras discutiam entre si.

O jornalista responsável pela maior parte da cobertura foi Jessé da Silva Souza, na época da cobertura com 25 anos. Iniciou suas atividades na Folha de Boa Vista apenas publicando artigos esporadicamente em 1995 e integrou a equipe de jornalismo no mesmo ano. Em mais de 22 anos, ocupou diversos cargos na empresa, o último foi de editor por 15

anos que permaneceu até 2017. As entrevistas do jornalista foram concedidas à Ana Carolina Araújo de Souza Cruz Teixeira e serão referenciadas na análise das reportagens do periódico.

Jessé Souza se deslocou até a maternidade. Segundo o repórter, naquela época não havia meios de pesquisa antes de ir a campo. Talvez a única maneira fosse ligar para o hospital, no entanto, frisou que possivelmente eles tentariam encobrir o fato. Não pôde entrar, muito menos ter informações sobre as mortes. Então, se dirigiu à Organização Social de Luto, empresa responsável na época pelos processos de preparação do corpo e sepultamento. Confirmou as duas mortes e descobriu outros falecimentos num período de 20 dias.

Algumas instituições como o Ministério Público (MP) e Assembleia Legislativa do Estado (ALE) começaram a apurar o caso baseadas nas primeiras matérias publicadas pela Folha. O MP abriu inquérito de apuração e a ALE instaurou uma CPI. A partir daí, o MP se tornou um aliado do jornal. Se o repórter não tinha como descobrir alguma informação, a instituição acabava por fornecer e vice-versa.

A primeira reportagem publicada “Nascem os primeiros trigêmeos em RR” (18 de outubro de 1996) limitou-se a dar visibilidade ao fato. Na ocasião, o repórter não se atentou aos problemas de bebês na mesma incubadora, situação revelada em fotografia da matéria, higienização no berçário e higiene no hospital. O repórter referenciou a cobertura anterior dependente exclusivamente de release enviado pelo governo estadual e a desatenção em relação à imagem.

A primeira denúncia só ocorre quatro dias após a publicação do nascimento de trigêmeos em “31 crianças morreram na maternidade” (22 de outubro de 1996). Porém, a matéria levantou dados ainda desconhecidos, tanto pelo repórter como pelo público, informações acerca da situação caótica na qual se encontrava o hospital. No texto da matéria de 22 de outubro de 1996, há indicação de que “A contaminação foi contraída, possivelmente, na incubadora onde estavam em observação”. Este fato ficou evidente por conta das mortes, mas o repórter não se alertou a respeito do caso de mais de um bebê numa mesma incubadora que o levaria a atentar a outros problemas na maternidade. Esta lacuna, todavia, não dizima o caráter investigativo da reportagem.

O repórter foi *in loco* checar a denúncia e diante das dificuldades dirigiu-se à empresa contratada pelo governo responsável pelos procedimentos pós-morte, entrevistou alguns

funcionários da empresa e confirmou as informações. Ainda tentou contato com a família das crianças falecidas e o governo, mas nenhum deles se pronunciou. Após questionar o hospital, provocou a criação de um Comitê de Controle da Mortalidade Materno-Infantil, assim a instituição já mudaria sua rotina a fim de se preparar contra as denúncias. Deste modo, a cobertura investigativa instigou a instituição a mudar os atendimentos aos pacientes por meio da estratégia de alteração dos regimes de funcionamento.

A denúncia levou a diretora da maternidade a assumir as mortes. As mudanças na rotina e no discurso do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré ficaram mais evidentes a partir da reportagem “Diretora confirma morte de 32 bebês” (23 de outubro de 1996). A Assembleia Legislativa instaurou comissão para apurar os responsáveis pelo fato; um dos parlamentares da casa fez requerimento e anexou ao documento reportagem feita pelo jornal Folha de Boa Vista. O periódico publicou fotos de equipamentos abandonados e amontoados, próximos da sala na qual os bebês ficavam. Nesta publicação, o repórter se preocupou em entrevistar servidores, colher imagens e buscar respostas por parte de órgãos fiscalizadores. Observa-se a falta de confronto de informações sobre os nascimentos informados pela diretora e o número de mortes, provavelmente para mantê-la como fonte oficial da cobertura. O principal objetivo do jornalista na entrevista coletiva era a confirmação das mortes por parte da diretoria da instituição, porém não conseguiu confrontar as possíveis causas. Há outra lacuna na interpretação dos dados coletados pelo repórter: uma comparação com o ano anterior. O número de mortes teve aumento de 5,3%, mais que o dobro do ano de 1995. Isso geraria uma nova suíte da matéria.

A reportagem “Pillon admite evidência de infecção” (24 de outubro de 1996) incluiu depoimento do Secretário de Saúde Sérgio Pillon, confirmando a infecção hospitalar e defendendo a ordem de interdição do berçário cinco dias antes da denúncia publicada. A diretora do hospital Odete Domingues foi exonerada devido à denúncia. Segundo o repórter, ao interrogar a respeito do documento enviado pela diretoria da maternidade 14 dias antes da denúncia, o secretário não deu a resposta:

Ele dizia que estava na normalidade. Questionávamos, mas esse secretário até hoje é muito liso nas respostas, a gente pergunta uma coisa, ele responde outra, sempre conseguia enrolar os repórteres. Como era coletiva não tínhamos muito tempo para perguntar, não tinha réplica ou tréplica. Geralmente outro repórter atravessava no meio.

O promotor do Ministério Público Marcos Regenold confirmou o início dos procedimentos de investigação com a finalidade de apurar o caso, solicitando as fichas dos 32 bebês mortos à maternidade e informações à Vigilância Sanitária sobre a frequência dos procedimentos de limpeza. O secretário de saúde confirmou o número de nascidos e de mortos. Seguem a ausência de conferência desses dados na matéria e de possíveis cálculos percentuais necessários à comparação com o ano anterior. Conforme trecho da reportagem, “O grupo considera ‘aceitável’ as 32 mortes dos recém-nascidos em menos de um mês. Estatísticas mostradas pelo grupo apontam que nesse mesmo período do ano passado, os óbitos chegaram a 2,5% num total de mil recém-nascidos”. Se compararmos com o número de nascimentos e mortes informados pela própria maternidade, o aumento desse percentual de morte seria mais que o dobro.

Provavelmente, a cobertura também não confrontou a Secretaria de Saúde do Estado de Roraima com o intuito de manter a fonte. Roraima é até a atualidade um estado no qual políticos são detentores de canais e empresas de comunicação, daí um jornal com pretensões de ser independente, necessitar muitas vezes, de certa neutralidade na linha editorial e na angulação dos fatos para fidelizar as fontes.

Na Assembleia Legislativa, os deputados usaram a tribuna e afirmavam que o governo iria tentar mediar o caso demitindo a diretoria da unidade, mas não resolveria o problema. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminharia o caso de possíveis negligências ao Ministério Público. Isto atesta a capacidade do discurso jornalístico em motivar a exacerbação dos diferendos e a alteração do regime de funcionamento conforme apontado por Adriano Duarte Rodrigues, pois ao ter conhecimento do caso, as instituições confrontaram a maternidade e a secretária de saúde por mais informações.

Em “Odete diz que houve descaso da Sesau” (25 de outubro de 1996), diretora Odete Domingues ao deixar o cargo relatou uma série de informações disponíveis no dossiê entregue na coletiva de imprensa sobre o estado no qual se encontrava a maternidade. Afirmou que já havia solicitado providências à secretária de saúde, porém, as medidas solicitadas não foram atendidas. Na cobertura realizada nessa edição, pode-se perceber a dedicação do jornalista em levantar os posicionamentos das instituições envolvidas e

possíveis fatores do acontecimento. Quando questionado a respeito das lacunas na informação, tais como: o teor de cloro do desinfetante, o relatório de 1995, a posição da empresa Lucel responsável pela higienização do hospital e as duvidosas habilidades de gerenciamento do secretário. O repórter afirma que na época as instituições costumavam não dar muitos detalhes, portanto, a cobertura oscilou entre o confronto da rotina das instituições para elas se posicionarem e a não perturbação dos regimes de funcionamento com o objetivo de não afugentar as fontes.

O jornalista não confrontou o secretário em relação à afirmação da ex-diretora Odete Domingues de ele não ter conhecimentos técnicos para ocupar o cargo, pois tinha receio do ataque por parte do governo, e, assim, era melhor se ater ao problema e não aos responsáveis. O repórter desconhecia até então o “fogo cruzado” entre os sindicatos de trabalhadores ligados à saúde, a secretaria e a maternidade. “Tinha que filtrar isso (os conflitos) e o nosso foco não passou a ser essa briga política deles lá de cima”. A cobertura motivou novamente a estratégia de exarcebação dos diferendos, pois o repórter instigou fatos a partir dos quais os sindicatos ficaram insatisfeitos; apesar de já terem conhecimento da situação, precisavam da divulgação dos meios de comunicação a fim de questionar o governo. Desta forma, as instituições declarantes agenciavam o jornal com o propósito de divulgar fatos legitimadores de seus papéis de enfrentamento na sociedade.

Na reportagem “São 34 os bebês mortos na maternidade” (26, 27, e 28 de outubro de 1996), em edição especial do feriado federal e estadual, foi levantada a suspeita dos atestados de óbitos serem descritos de maneira que não revelassem a verdadeira causa morte dessas crianças, fato apontado pelo Ministério Público Estadual na sua peça de denúncia no final de 1996.

No atestado da recém nascida Maria Alexandra, que morreu no dia 6 de outubro, consta como causa mortis “Septicemia” (infecção generalizada). É o segundo filho que os pais da criança, um lanterneiro mecânico e uma estudante de 18 anos, perderam no Hospital Materno, em menos de três anos. Os dois recém-nascidos morreram aparentemente com os mesmos sintomas. Só que no atestado de óbito da primeira filha, Bruna Amélia, nascida dia 31 de outubro de 1993, consta “insuficiência respiratória”. “Nós já queríamos denunciar isso para imprensa, mas ficamos com medo”, comenta a estudante. A menina Maria Alexandra nasceu com 2,3 quilos e 51 centímetros. “Os médicos disseram que ela estava bem, mas depois ela ficou com 38 graus de febre, começou a sangrar pelo nariz e ficou toda roxa”, detalhou.

Foi feito também um confronto de informações dadas pelo secretário acerca das causas das mortes. Em relação à falta de um especialista habilitado para explicar o tipo de mortes, Jessé Souza defende que naquela época boa parte dos médicos eram ligados de alguma forma ao governo, então não iriam se expor. O repórter, no entanto, poderia ter consultado um profissional de outro estado, por exemplo, mas evitou as estratégias de exacerbação de diferendos e de alteração dos regimes de funcionamento. Deste modo, ora ele opera práticas investigativas, ora deixa de fazê-las a fim de preservar suas fontes de informação. Margarethe Born Steinberger (2005, p.89) aponta que a lacuna jornalística é resultado de um processo seletivo, refletindo as decisões do jornalista. No caso da cobertura aqui analisada, ele optou por não manter regularmente o confronto contra instituições constituídas enquanto importantes fontes.

Mais uma matéria publicada no jornal, “Morre mais um bebê na maternidade” (29 de outubro de 1996), tratou do aumento do número de falecimentos. Respalado pela afirmação do médico e deputado Lúcio Távora, o repórter apontou levantamento de dados a respeito dos investimentos recebidos pela unidade de saúde, quais providências deveriam ser tomadas e não foram, o número de partos que não condiziam com os informados ao Governo Federal:

“Tenho recortes e entrevistas que o diretor de Controle e Avaliação do Ministério da Saúde deu à Folha de São Paulo, desmentindo o argumento da falta de verba”, complementou. “Segundo o diretor do órgão, o Hospital Materno Infantil (sic) não está encaminhando ao SUS, as autorizações de internação hospitalar, para receber o dinheiro pelas internações”. O Hospital Materno Infantil (sic) alega que realiza 600 partos por mês, em média. O procedimento correto era o Hospital emitir a Autorização dessas internações para receber o dinheiro do SUS. Távora disse que a Secretaria de Saúde cobrou somente 184 internações de gestantes no mês passado.

O jornalista procurou o Ministério Público com a intenção de saber como estavam os andamentos nas investigações e relatou o desejo da instituição de pedir exumação dos corpos dos bebês. Uma das fontes de informação que o denunciante referenciava no relato do número de mortes à Folha, o livro de registro de óbitos, foi substituído por um novo pela direção da maternidade para nenhum servidor ter acesso aos números. Nas publicações do dia, é possível perceber as tentativas do repórter de buscar as informações e confirmações das informações recebidas, inclusive compareceu ao Cemitério Campo da Saudade e levantou o número de bebês falecidos e enterrados através do convênio do Estado com a Organização Social de Luto. Jessé Souza fez na matéria um breve balanço do número de nascidos em

determinado período e comparou os dados da época. Além disso, confrontou informações entre a divulgação por parte do jornal Folha de São Paulo e do cemitério:

Com o sumiço do livro, o levantamento do número de bebês mortos foi feito nos registros do Cemitério. A Folha apurou que desde janeiro a setembro desse ano, morreram 193 crianças. O número corresponde à média mensal de mortes de 21,4. Do dia primeiro a 26 de outubro morreram 35 crianças, indicando aumento de 14 mortes sobre a média anterior. Portanto de janeiro até sábado passado tinham morrido 228 crianças nascidas na maternidade. A Folha de São Paulo noticiou semana passada que seriam 800 mortos somente neste ano, o que não procede. Esse número, segundo informou um funcionário do Cemitério Campo da Saudade, foi de crianças enterradas desde quando aquele espaço começou a receber sepultamentos.

De fato, as instituições participaram da cobertura investigativa como depoentes a fim de legitimar suas rotinas, práticas e regimes de funcionamento profissional. Somente após questionamento por parte da Folha, o Conselho Federal de Medicina se manifestou e confirmou abertura de sindicância de apuração de responsabilidades pelas mortes no berçário: “Acontece que o presidente do conselho, (sic) é secretário-adjunto de Saúde e irmão de um dos sócios da empresa Lucel, responsável pela limpeza do Hospital Materno-Infantil, o deputado Célio Wanderley”. Está atestada a alteração do regime de funcionamento desta instituição por parte da denúncia do meio de comunicação, quando a mesma só se mobilizou a dar declarações públicas após ter sido instigada pela mídia local.

A matéria “Morre mais um bebê na maternidade” (31 de outubro de 1996) confirmou a morte no momento em que o governador Neudo Campos fazia um pronunciamento tratando da situação na unidade de saúde, a qual segundo ele havia sido controlada. Pode-se observar a presença da estratégia discursiva de exacerbação dos diferendos entre o governo e a maternidade. Durante a entrevista, o governador atestou a falta de médicos no hospital, quando questionado em relação ao motivo da demissão de alguns médicos, o governador não soube explicar:

Sobre a demissão das cinco médicas que trabalhavam no Berçário e que assinaram ofício reclamando ao Secretário de Saúde, Sergio Pillon, sobre as mortes de 20 crianças em 14 dias, Neudo Campos afirmou ser uma “medida de praxe”. Negou que tenha motivos políticos nessas demissões já que todas são ligadas ao PMDB. Mas não explicou a demissão de cinco médicos no momento em que ele alega “carência de profissionais para atuar na área”.

Empresa responsável pela limpeza da maternidade, a Lucel trabalhava sem alvará da vigilância e havia sido contratada sem licitação. O repórter teve acesso à identidade das outras crianças que estavam no isolamento dentro do Hospital Materno Infantil Nossa

Senhora de Nazaré. Ele teve a preocupação de explicar o número de corpos sob exumação e também a quantidade de bebês cuja causa de morte não teria sido infecção hospitalar:

Quinze casos foram confirmados através dos atestados de óbito que aconteceram por infecção, oito por motivos suspeitos e 13 excluídos da investigação por enquanto. Como 15 casos estão confirmados, agora o MPE investiga a verdadeira causa das mortes das oito crianças, sobre as quais existem fortes indícios de que se deram por infecção só que os atestados de óbitos podem ter sido maquiados.

Apesar da dificuldade de diálogo com as autoridades, a reportagem trouxe informações que deixaram claro ao leitor os dados levantados, valendo-se da estratégia discursiva de dar transparência às instituições.

A reportagem “Morre mais um bebê na maternidade” veiculada em 01 de novembro de 1996, destacou que o mês de outubro fechou com 37 mortes, sendo de nove indígenas. Na capa da edição do dia a fim de legitimar a publicação, constou um trecho do relatório da Fundação Oswaldo Cruz encaminhado ao Ministério da Saúde denunciando

que alimentos são preparados ali. O ambiente cirúrgico também se comunica com uma área ao ar livre onde há coleções de águas pluviais represadas. Havia também uma comunicação com o berçário, o que permitia trânsito de pessoal pelos dois ambientes. Redimensionamento da circulação de pessoal foi sugerida com eliminação da copa.

O repórter apurou em seguida, que a justiça autorizou a exumação dos corpos das crianças mortas. Contextualizou a morte de indígena e levantou as informações acerca do número de indígenas mortos e possíveis causas apontadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Jessé Souza resumiu de maneira clara o relatório elaborado pela Fiocruz:

Os técnicos da Fiocruz constataram no Hospital Materno Infantil (sic) desde problemas simples como a ausência do ato de lavar as mãos e até falhas graves como a falta de uma Comissão de Infecção Hospitalar exigida pela portaria 930 de 1992, do Ministério da Saúde. O relatório também menciona procedimentos errados como colocar crianças saídas de incubadoras, (sic) em sala onde a pia e as bancadas também são usadas para limpeza de materiais e equipamentos, os chamados “expurgos”.

Ainda tratou das providências solicitadas ao Ministério da Saúde pelo secretário tais como: verbas dirigidas a obras físicas emergenciais, aquisição de equipamentos e uma equipe do ministério direcionada ao treinamento dos servidores da instituição.

Na publicação “Reforma adequa maternidade de BV” (08 de novembro de 1996), nota-se que a denúncia feita pela Folha de Boa Vista gerou mudanças na maternidade. O governo alegava não ter dinheiro e por isso o estado do hospital estava tão caótico, contudo

após divulgação e repercussão da cobertura foi construída uma sala destinada à Unidade de Terapia Intensiva (UTI), comprados dois equipamentos modernos e também foi feita pintura no prédio. As fossas abertas foram tampadas e as lamas foram aterradas. O repórter deixa claro as contradições por parte da instituição: “O argumento de que faltava dinheiro para investir na melhoria do Setor de Saúde do Estado não passava de desculpa. Isso é o que pode se constatar hoje ao visitar as dependências do Hospital”. Ainda não haviam localizado o principal foco da proliferação das bactérias, mas a desinfecção da maternidade estava sendo feita diariamente conforme orientou a Fundação Oswaldo Cruz.

Ao analisar a reportagem, pode-se perceber que mesmo não contrapondo as informações colhidas, o repórter se preocupou em explicar assuntos ligados à cobertura referente ao caso como: a reforma na maternidade, compra de materiais, as características da bactéria, entrevista com o Governo sobre a reforma, o posicionamento da Funai e a situação dos índios ainda internados. As principais estratégias discursivas presentes, de acordo com Adriano Duarte Rodrigues, são de transparência, alteração do regime de funcionamento e reforço.

“Remédio pode ser causa de mortes” (23, 24 e 25 de novembro de 1996) destacou a nova versão dos fatos apontada pelos técnicos norte-americanos durante visita técnica ao Hospital Materno-Infantil. Eles afirmaram o possível fator farmacológico das mortes dos bebês. “A conclusão preliminar é dos técnicos Denise Garret e Clifford Donald, da Universidade de Atlanta, que descartaram a contaminação por falta de higiene, conforme suspeita dos técnicos da Fundação Oswaldo Cruz e do Ministério da Saúde”. O repórter deixou claro o posicionamento contrário dos técnicos a respeito das possíveis causas, isso acabou gerando um confronto entre as instituições. Também explicou na matéria como as crianças podem ter sofrido a infecção por conta do medicamento: “Pela avaliação, as crianças que receberam o medicamento tinham vinte vezes mais chances de adquirir infecções que as que não receberam medicação intravenosa”. Nota-se novamente a falta de um parecer médico com detalhes do medicamento, da empresa responsável pela produção do medicamento e se esta deveria ser responsabilizada. As estratégias discursivas presentes são exacerbação dos diferendos e visibilidade às ações dos técnicos.

A matéria “Secretário admitiu ao MPE responsabilidade do estado” (06 de dezembro de 1996) divulgou partes dos depoimentos dados pelos interrogados ao Ministério Público Estadual em relação ao estado no qual se encontrava a maternidade. Em depoimento, o secretário confirmou boa parte das precariedades hospitalares, o jornal publicou alguma delas, bem como trechos do depoimento dos servidores: “A falta de higiene no Hospital era tanta que os próprios funcionários confirmaram em seus depoimentos ao MPE, fatos absurdos. Segundo eles, havia insetos até nas incubadoras e no berçário, a esterilização das incubadoras era feita apenas com água e sabão”. Intencionando legitimar melhor seu discurso, Jessé Souza poderia ter colhido informações dos próprios interrogados sobre os depoimentos cedidos ao MPE, e também de outros servidores ouvidos, no entanto privilegiou a legitimidade da instituição jurídica. As estratégias discursivas presentes no discurso jornalístico são exacerbação dos diferendos, naturalização e transparência do trabalho do Ministério Público.

Segue a visibilidade ao andamento das investigações do Ministério Público em “MPE vai ajuizar mais três ações no caso dos bebês” (21, 22 e 23 de dezembro de 1996). O repórter informou os denunciados nas novas ações:

Segundo o promotor Edson Damas, o MPE já tem provas suficientes para entrar com uma Ação Civil Pública na área da Infância para obrigar o Hospital cumprir uma série de normas do Ministério da Saúde, outra por improbidade administrativa contra empresa Lucel e mais uma ação criminal contra os responsáveis pela morte de pelo menos 20 bebês que morreram comprovadamente por infecção hospitalar no mês de outubro.

A reportagem sinalizou uma previsão de atraso da investigação devido ao recesso do final do ano comum nos órgãos públicos. A cobertura ficou menos intensa a partir do momento da saída dos promotores responsáveis pelo caso e também por serem encaminhados à investigação de dois novos casos: o assassinato de auditor fiscal ocorrido em janeiro de 1997 e o caso do asfaltamento da entrada de dois motéis na BR-174.

O panorama da série de reportagens publicadas de 22 de outubro a 23 de dezembro de 2016 pelo jornal Folha de Boa Vista ajuda-nos a apontar os propósitos da cobertura investigativa a partir da legitimidade, aceleração e confronto de declarações de instituições públicas e privadas. Ficou claro que a regularidade e o prolongamento da denúncia

movimentaram as instituições e trouxeram a público boa parte das falhas do funcionamento de cada uma, o confronto entre elas e a transparência de suas atividades.

### 3. Considerações finais

O jornalista investigativo geralmente apura temas complexos e, por isso, acaba encontrando limitações, boa parte das vezes não por incompetência, e sim, por não ter acesso aos poderes públicos e a suas rotinas. Essa união com uma instituição jurídica livre para investigar sem muitos empecilhos deu um resultado crucial ao trabalho jornalístico num estado de pequeno território como Roraima, onde a relação entre repórter e fonte, às vezes, acaba atrapalhando a apuração. A cobertura foi fundamental para novas mortes não acontecerem. Possivelmente, episódios como esse podem vir a acontecer, afinal até a atualidade podemos observar essas mazelas no país, porém, naquele período a denúncia da quantidade de falecimentos cobrou responsabilidade pública e social, além de inibir novos casos locais e nacionais.

O jornal cumpriu seu papel fiscalizador dos setores públicos e privados, publicou as dores das famílias vítimas das mortes de seus filhos. Tornar público este fato rendeu à Folha de Boa Vista credibilidade local e nacional. O trabalho investigativo ocorreu principalmente, no início da cobertura do caso, após isso, a investigação ficou apenas a cargo dos órgãos fiscalizadores, indicando o papel do jornalismo investigativo em provocar as instituições competentes a cumprir seus regimes de funcionamento. Fazer esse tipo de jornalismo em Roraima não é tarefa fácil, tendo em vista a aproximação entre o poder público e a sociedade. Desta forma, as fontes institucionais primordialmente jurídicas contribuíram na mediação de informações recusadas pelos poderes públicos envolvidos. O presente e o futuro do jornalismo investigativo dependem do reforço e da legitimidade retroalimentada entre essas fontes privilegiadas e a mídia em torno de suas rotinas e práticas socialmente reconhecidas: o direito público e a reportagem de denúncia.

### Referências bibliográficas

- BURGH, Hugo de. **Jornalismo investigativo**: contexto e prática. São Paulo: Roca, 2008.
- FOLHA DE BOA VISTA. Nascem os primeiros trigêmeos em RR. 1996, 18 de outubro. p.14.
- \_\_\_\_\_. 31 crianças morreram na maternidade. 1996, 22 de outubro. p. 13.
- \_\_\_\_\_. Diretora confirma morte de 32 bebês. 1996, 23 de outubro, p. 15.

- \_\_\_\_\_. Pillon admite evidência de infecção. 1996, 24 de outubro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Odete diz que houve descaso da Sesau. 1996, 25 de outubro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. São 34 os bebês mortos na maternidade. 1996, 26-28 de outubro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Morre mais um bebê na maternidade. 1996, 29 de outubro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Morre mais um bebê na maternidade. 1996, 31 de outubro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Morre mais um bebê na maternidade. 1996, 01 de novembro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Reforma adequa maternidade de BV. 1996, 08 de novembro, p. 15.
- \_\_\_\_\_. Remédio pode ser causa das mortes. 1996, 23-25 de novembro, p. 05
- \_\_\_\_\_. Secretário admitiu ao MPE responsabilidade do estado. 1996, 06 de dezembro, p. 05.
- \_\_\_\_\_. MPE vai ajuizar mais três ações no caso dos bebês. 1996, 21-23 de dezembro, p. 04.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p.217-233.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.
- STEINBERGER, Margarethe Born. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.